

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

PT bom de governo

Nos bares, escolas, filas de banco ou meio familiar o tema eleitoral é discutido, infelizmente, sob dois aspectos: a "inconveniência" da propaganda na televisão e o fato de grande parte da população acreditar serem todos os políticos "farinha do mesmo saco".

Na reta final destas eleições municipais, a campanha petista deverá se diferenciar dos demais candidatos denunciando a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso; apresentando as experiências exitosas do PT no governo; e, sobretudo, apontando que os petistas têm a ética como ponto fundamental de sua conduta.

Para Rui Falcão, coordenador geral da campanha de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo, "é vital desfazer no povo a impressão de que todos os políticos são iguais. De que os partidos se equivalem, de que todos, uma vez no governo, usam o poder para entesourar, ajeitar a vida e impedir, afinal, que a democracia seja de fato o regime das maiorias sociais".

E a opinião de Falcão vale não só para a campanha paulistana, mas para todo o Brasil.

"Pensar o contexto eleitoral de 2000 no Brasil é pensar, a um só tempo, em um amálgama dos acontecidos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos últimos anos, bem como, dentro do possível projetar cenários para a disputa política no país no curto e médio prazo", opina João Paulo Cunha, coordenador geral do Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional do PT.

Os candidatos do PT precisam distinguir as atribuições de cada esfera de governo, pois parte dos eleitores não reconhece no governo federal responsabilidade pela situação de penúria de nossas cidades.

João Paulo lembra que é o momento de, após seis anos,



"lutar para que a campanha tenha um caráter plebiscitário" com relação ao governo federal.

Segundo as análises do GTE, este resultado eleitoral, apesar de "não remeter inexoravelmente ao pleito presidencial de 2002, certamente incidirá sobre a política econômica e as articulações políticas do atual núcleo governamental".

A batalha se dará para que os candidatos governistas em cidades importantes, principalmente nas capitais, sejam derrotados, e os sinais que chegarão em Brasília serão sinais de descontentamento com a condução do país.

Outra questão será mostrar à população que a base das dificuldades das cidades tem sua origem na política econômica do governo federal.

Ao mesmo tempo, os candidatos petistas terão outra tarefa política/eletoral muito importante: mostrar a capacidade e experiência acumulada, na maioria dos casos com êxito, de governar cidades. Será preciso desmentir o senso comum de que o PT não consegue administrar, contrapondo esta visão com a apresentação aos eleitores de todo o leque de alternativas políticas e administrativas que marcam o modo petista de governar.

As prefeituras do Partido

são em geral aprovadas, dando grande possibilidade de serem reeleitos 80% dos atuais prefeitos petistas e a perspectiva positiva de eleição de ex-prefeitos de várias cidades importantes já governadas pelo PT. Além disso, também está colocada a possibilidade de ser triplicado o atual número de prefeitos e vereadores, conquistando postos de comando em diversas capitais do país, na maioria delas com o PT encabeçando a chapa majoritária.

O prefeito de Porto Alegre (RS), Raul Pont, relatou que a última pesquisa de opinião dá ao município 50% de aprovação para a administração petista.

"A vitória do Tarso Genro será a consolidação de um comportamento na capital gaúcha, onde o PT tem sempre de 400 a 500 mil votos", contou Pont.

Tarso Genro tem ficado entre 48 e 53% das intenções de voto.

No site do PT (www.pt.org.br) estão disponibilizadas diversas informações sobre as eleições com notícias diárias sobre as campanhas, pesquisas eleitorais, material de divulgação e muito mais.

Pesquisas

Na reta final, como sempre, a imprensa começa a usar (e abusar) das pesquisas, priorizando números e escondendo o que mais interessa: a política e as propostas dos candidatos. Os

números das amostragens começam a aparecer de forma desvirtuada e todo cuidado é pouco. Em Belém, por exemplo, onde o atual prefeito petista Edmilson Rodrigues tenta a reeleição, foi preciso uma ação na Justiça para desmascarar o uso fraudulento das pesquisas.

Em São Paulo, a mídia tenta a todo custo "alavancar" a candidatura do tucano Geraldo Alckmin.

E esse procedimento Marta Suplicy já conhece. Quando disputava o governo do Estado com Mário Covas, em 98, esse expediente também foi usado para prejudicar a candidatura petista.

Os comitês precisam sempre lembrar que toda pesquisa necessita registrar sua metodologia e a divulgação deve esclarecer as datas das mesmas, sendo vedadas comparações entre pesquisas de diferentes metodologias. É interessante que cada comitê de campanha tenha um responsável por checar a validade das pesquisas, inclusive procurando nos Tribunais Regionais Eleitorais se há novos levantamentos registrados.

O GTE Nacional tem um núcleo específico, somente ocupado em acompanhar e tirar todas as dúvidas sobre o tema.

Veja na página 5 a íntegra da entrevista com João Paulo Cunha e levantamento das prefeituras onde o PT tem candidatos.

www.pt.org.br

No site do PT estão disponibilizados artigos e entrevistas. Os textos abordam temas da conjuntura nacional, falando muito de política, interna e externa, economia, cultura e, quem diria, futebol!

Pois é, no PTNet as informações sobre a vida partidária, do país e do mundo são divulgadas pelo Linha Aberta, com cobertura diária das notícias, das 8 às 21h, e uma edição enviada por e-mail. No PTNet também estão disponíveis links do GTE, do Informe, da Fundação Perseu Abramo e muitas outras novidades.

E MAIS Marina e Biscaia escrevem sobre os perigos de duas leis

página 5

Entrevista com João Felício, presidente eleito da CUT

página 3

Os 20 anos do PT em 2 minutos é tema de concurso

página 6

Geraldo Magela é eleito presidente da Copa

página 5

Acabou a luz nos governos do PSDB

"Em 1996, os candidatos do PSDB disputavam a tapa a cara do Fernando Henrique, agora ninguém quer nem FHC, nem Covas, e escondem até o nome do partido na propaganda", diz o líder petista, deputado federal José Genoíno (SP) sobre a ausência das lideranças tucanas na campanha eleitoral deste ano. "Eles sabem que, se aparecerem como garotos-propaganda, com a política que fazem no governo, vão perder voto".

Genoíno explica que "a estratégia do PSDB, de esconder seus grandes nomes, é para o povo não lembrar dos escândalos, do salário mínimo vergonhoso, do aumento dos impostos, da quebra de empresas e do desemprego que ameaça os trabalhadores".

Para ele, é falta de ética dos

candidatos tucanos esconderem que estão governando. "Nós do PT vamos denunciar todas as atrocidades que o governo vem cometendo nestes seis anos de tucanato", alerta o parlamentar. "Os candidatos do PSDB, como o Alckmin, fazem de conta que não têm nada a ver com isso". Geraldo Alckmin é o vice licenciado do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB). Alckmin é apontado nas pesquisas de intenção de voto para a prefeitura de São Paulo, como o segundo lugar, sem apresentar qualquer apoio do PSDB no horário eleitoral.

"Eles somem do horário eleitoral, mas apoiam seus candidatos por trás, usando a máquina de governo", acusa Genoíno.

Resultado do Plebiscito será divulgado em 13 de setembro

Será divulgado no próximo dia 13 de setembro, em Brasília, o resultado do Plebiscito Nacional da Dívida Externa. A coordenação do Plebiscito se pronunciará às 14 horas, em entrevista coletiva, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Desde o último dia 2 de setembro, entidades da sociedade civil, movimentos sociais e partidos políticos de oposição têm impulsionado a realização de um plebiscito para saber a opinião da população sobre as dívidas externa, interna e o acordo com o FMI.

Com urnas instaladas em paróquias, escolas, sindicatos, dentre outros locais, a expectativa é que milhões se pronunciem sobre se "O governo deve manter o atual acordo com o FMI?", "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria desta dívida, como previa a Constituição de 1988?" e, por fim, "Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?".

De acordo com o padre Alfredo José Gonçalves, da Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "as adesões têm superado todas as expectativas". O Plebiscito está movimentando, segundo levantamento preliminar, cerca de 100 mil pessoas, que instalaram mais de 50 mil urnas nos 27 Estados do País, além do Distrito Federal e entorno, podendo ter até a data do encerramento, em 7 de setembro, acrescida a participação.

Para ele, "o Plebiscito tocou o nervo da economia brasileira. A dívida não está equacionada como diz o governo e tem consequências desastrosas para a população. Está equacionada só para as elites, que estão ganhando muito dinheiro com isso".

Governo propaganda

Há vários meses marcado, o Plebiscito entrou na pauta da mídia após seguidos ataques do ministro do Fazenda, Pedro Malan. A partir daí foram sucessivas as matérias em jornais de grande circulação, que veicularam informações imprecisas, para dizer o mínimo, sobre o processo, divulgando a consulta com proposta de calote com cunho "político-eleitoral". Os frágeis argumentos utilizados foram, no decorrer dos dias, sendo desconstruídos pela coordenação do Plebiscito e também por dirigentes petistas.

"Até hoje Malan não explicou se estava ou não na reunião que decidiu dar aquele famoso empréstimo para o Banco Marka e Fontecindam, que deu prejuízo ao país de R\$ 1,6 bi", lembrou o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), considerando que o ministro tenta desviar o assunto do escândalo Eduardo Jorge e o TRT paulista.

Para o líder petista, o Plebiscito é tão necessário "que no final de 1999, Malan teve que pedir US\$ 41 bi ao FMI para que o Brasil não entrasse em moratória". É como descreve Dirceu o ciclo vicioso, em que o Brasil empresta do FMI para pagar os juros da dívida, sem pagar o montante real que cresce ainda mais.

Segundo o líder do PT, o país acumulou tal dívida interna e externa, por decisão do governo sobre a política cambial adotada durante cinco anos. "Foi esse populismo cambial, com juros que arruinaram o país, que levou o Brasil a essa situação de estrangulamento econômico", avalia ele.

"Discutir os acordos com o FMI, consultar o país sobre a dívida interna e externa é mais do que necessário. Aliás, Malan não cumpre a Constituição que mandou fazer uma auditoria sobre a dívida externa", denuncia Dirceu. "Nós estamos no nosso direito".

"Eles são os responsáveis por essa situação", acusa Dirceu e conclui, "o PT junto com a CNBB e outras entidades apenas estão chamando a sociedade para a discussão desse problema que eles criaram".

RECADADO

Um direito e um dever moral



Ao fazer críticas desqualificadas à discussão sobre o grave problema do endividamento externo do Brasil e atribuir ao PT a realização do Plebiscito da Dívida Externa, o ministro Pedro Malan prestou um grande serviço à divulgação da consulta popular que se realizou na semana da Pátria.

Nossa Constituição determinou nas disposições transitórias, em seu artigo 26, que uma comissão mista do Congresso Nacional realizasse uma auditoria dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro e, no seu parágrafo segundo, previa que o Congresso determinaria ao Executivo a declaração de nulidade do ato, além de encaminhar o processo ao Ministério Público para ação cabível. O prazo de um ano estabelecido venceu e a auditoria não foi feita.

Em abril de 99 foi realizado, no Rio de Janeiro, um Tribunal da Dívida Externa, promovido pela CNBB, Conic, CUT, MST, CMP e outras entidades, que decidiu pela realização do Plebiscito entre os dias 2 e 7 de setembro deste ano. O objetivo das entidades era - e é - de retomar o debate sobre nosso endividamento e pressionar o governo e o Congresso para dar transparência aos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

A pedido destas entidades apresentei, como deputado federal, um Projeto de Decreto Legislativo propondo a realização de um plebiscito sobre os acordos com o FMI e nossa dívida externa, que, agora, transformei em uma proposta de referendo, que é o instrumento adequado para ratificar ou rejeitar ato legislativo ou administrativo já praticado.

Estes são os fatos e fica evidente nosso direito e nosso dever ético de propor e realizar o Plebiscito. Nada nos impede. Trata-se de um instrumento legítimo de pressão, discussão e

propaganda sobre um tema de absoluta relevância para o país, que recebeu o irrestrito apoio do PT.

Afirmar que o problema da dívida externa não existe - sem contar o problema da dívida interna -, que é "babozeira" e "besteiro", como diz o ministro Malan, é tentar desqualificar o debate público e desconhecer o gravíssimo problema do passivo externo líquido brasileiro - um dos maiores do mundo -, de nossa dívida externa e nossa dependência dos capitais externos.

Estão aí os exemplos da Argentina, que, na prática, quebrou esta semana, socorrida com 11 bilhões de dólares pelo FMI, e do Brasil em 99, socorrido com 41 bilhões de dólares, sem falar no Equador, que teve sua economia dolarizada.

É bom refrescar a memória do ministro, uma vez que foi graças à sua irresponsável política de valorização cambial, juros altos e abertura comercial que dobramos nossa dívida externa e multiplicamos por dez a dívida interna. A credibilidade de suas afirmações sobre nossa

dívida é a mesma daquelas sobre a absoluta necessidade e correção da política de valorização cambial, ou seja, nenhuma.

Hoje, nosso país exibe os juros mais altos do mundo, queima seu patrimônio público nas privatizações e desnacionaliza sua economia e seu mercado interno para pagar exatamente o serviço das dívidas externa e interna contraídas pelo Sr. Malan na fase do populismo cambial que reelegeru FHC.

O resto é puro autoritarismo do ministro que, verbalizando seu chefe, propõe que a oposição continue sua política econômica quando chegar ao governo do país. É demais.

Falta transparência ao governo também na questão da dívida externa e chegou a hora da sociedade saber o que realmente aconteceu com o endividamento do país. Ou será que o ministro teme uma auditoria e um referendo sobre nossa dívida?

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal/SP

Polícia e latifúndio em Rondônia: o casamento da especulação

Uma relação promíscua entre polícia e latifúndio é o que explica a violência contra os sem terra em Rondônia. A opinião é do coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado, Vítor Hugo Garbin, que denuncia o modelo predatório de ocupação do Estado. A promiscuidade fez com que o fazendeiro Antenor Duarte, apontado como mentor do massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995, tenha assumido o comando da tropa da PM que matou os nove agricultores que ocupavam a fazenda Santa Elina e não tenha sequer sido citado no processo.

Antenor Duarte é o típico latifundiário que começou explorando no Sul e ampliou sua ganância para o Norte e Centro Oeste do país. Morador de Marília, no interior de São Paulo, ele tem latifúndios no Mato Grosso e em Rondônia, onde é proprietário de terras vizinhas às da fazenda Santa Elina. "Ele já foi autuado várias vezes por trabalho escravo", revela Vítor Hugo.

Promiscuidade
O latifundiário tinha interesse em tomar as terras da Santa Elina e quando soube da ocupação ficou furioso. "Quando latifúndio é ocupado, os fazendeiros ficam ensandecidos", explica o coordenador da CPT, que revela outra atitude de Duarte que explica o massacre em Corumbiara: na tropa enviada em agosto para desalojar os 700 sem terra estava infiltrada por jagunços de Antenor Duarte.

Esses ingredientes provocaram a quebra de comando da PM em Corumbiara. O comandante da tropa era o tenete-coronel José Pereira Ventura que tinha ordens expressas de evitar uma

desocupação violenta, mas o subcomandante, o major Vitor Régis Mendes, ligado a Duarte, deu ordem de entrar atirando.

Especulação
A resistência violenta dos latifundiários às ocupações é a de quem não quer deixar de ganhar dinheiro fácil. "Esses fazendeiros vieram para cá nos anos 70, ganharam terras de graça, mamaram nas tetas dos incentivos fiscais mas não cumpriram os compromissos de produção e ocupação assumidos com o Incra", afirma Vítor Hugo. Depois de ganhar dinheiro fácil do governo federal, os fazendeiros passaram a usar o gado para manter a posse das terras sem ter que produzir. "Muito desse gado era para lavar dinheiro do narcotráfico", conta Vítor. Se a pecuária em Rondônia já não era muito rentável por ficar longe dos centros consumidores, com o aparecimento da febre aftosa a atividade ficou inviável.

Nos últimos 10 anos, a situação começou a mudar no Estado, com o avanço da fronteira agrícola, o que favoreceu ainda mais a especulação. Os latifundiários poderiam ganhar mais dinheiro fácil vendendo terras para agricultores a preços aviltantes. Há três anos, o hectare de terra no centro de Rondônia era cotado em R\$ 300. Hoje, o valor supera os R\$ 1.000. Com isso, ficou inviabilizada a principal bandeira do governo federal para o campo: o Banco da Terra. O próprio governo de Rondônia não consegue bancar metade dos investimentos para o banco de fomento para ser parceiro de Brasília. Há quatro anos que tenta negociar com o dono da

fazenda Urupá a desapropriação. O fazendeiro primeiro propôs R\$ 860 pelo hectare e agora voltou atrás para obter melhor negociação.

Reforma agrária julgada
Cinco anos de impunidade. Promotor de Justiça pede absolvição de réus. Vítimas são condenadas. Estas foram algumas das decorrências do julgamento do massacre de nove trabalhadores rurais sem terra, incluindo Vanessa, de sete anos de idade, em Corumbiara. Os sem terra foram executados a tiros por policiais militares após estarem rendidos.

O "julgamento de Corumbiara" mostra como se trata a reforma agrária no país. "O que estão fazendo aqui é o julgamento da própria reforma agrária", foi como avaliou o presidente da CUT, João Felício, presente em Porto Velho, local do julgamento, horas antes da condenação dos sem terra Cícero Pereira Leite e Claudemir Gilberto Leite. Sem qualquer prova material, os trabalhadores foram acusados de resistência armada ao cumprimento de ordem judicial, portanto, responsáveis pela morte de dois policiais. Como líderes do acampamento na Fazenda Santa Elina, foram arrolados como réus por formação de quadrilha, resistência a prisão e cárcere privado. As famílias acampadas dispunham de pedras, espingardas de caça e instrumentos de trabalho para se defender.

A presidente do PT-RO, Fátima Cleide, informou que a perícia de balística de anos atrás é contraditória e não consegue determinar de qual arma foram disparados os tiros. "Os mesmos

argumentos que serviram para os promotores públicos pedirem a absolvição dos policiais não servem para inocentar os sem terra", indigna-se Fátima. A petista refere-se ao comportamento de promotores como Tarcísio Leite de Matos que, em vez de fazer a acusação dos oficiais da PM, pediu a absolvição. Leite de Matos declarou durante o julgamento, que se os sem terra entrassem em sua fazenda iria também matá-los. A frase "ou o Brasil acaba com os sem terra ou os sem terra acabam com o Brasil" foi determinante para o seu afastamento, além de admitir o caráter político do julgamento.

"Este julgamento foi uma farsa armada para intimidar o movimento social", diz Fátima. Ela chama a atenção para o argumento dos policiais de terem agido "no cumprimento do dever". "Existe nas academias de polícia alguma disciplina que ensine a truculência e o massacre como cumprimento do dever?", questiona a petista. Para ela, a condenação dos sem terra abre um precedente na Justiça "por demais perigoso" para a legitimação de massacres.

O julgamento termina com o saldo de dois soldados rasos e um oficial condenados. Para o líder da CPT, o julgamento é um "circulo armado" para "forjar imparcialidade", ao condenar ambos os lados do conflito. Os advogados dos sem terra entraram com recurso contra a condenação dos trabalhadores e pedem a anulação do julgamento. O presidente nacional do PT, José Dirceu, expressou em nota sua indignação contra a condenação e pediu a anulação do julgamento.

INTERNACIONAL

Muita diplomacia e poucos avanços

Os doze presidentes da América do Sul estiveram reunidos em Brasília, em 31 de agosto e 1º de setembro. "O sentido estratégico desse encontro é buscar a modernização da infra-estrutura do continente", explicou o subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Ivan Canabrava.

Na reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo (24-25 de julho de 2000), aprovou-se uma Resolução sobre a Colômbia para orientar as posições dos partidos de esquerda da América Latina e Caribe, que foram entregues aos presidentes. O PT, o Foro de São Paulo e movimentos sociais protocolaram no Itamaraty as notas destas entidades.

Os termos do documento entregues podem ser resumidos em:

- apoiar o diálogo entre Governo e insurgentes na busca de uma saída diferente à da guerra;
- rechaçar energicamente o Plano Colômbia e a ingerência norte-americana nos assuntos internos do País, que podem ter conseqüências imprevisíveis;
- saudar a busca de convergência política que as organizações sociais vêm conseguindo;
- solidarizar-se com a manifestação cívica nacional que se realizou no dia 3 de agosto passado e participar das atividades da campanha de denúncia e repúdio ao Plano Colômbia (segunda quinzena de setembro).

Apesar dos elogios vindos do país do Tio Sam a respeito da cúpula, do ponto de vista econômico, os presidentes não tiveram nada a celebrar. Do ponto de vista social, os indicadores mostram que, passados mais de dez anos de ajuste, a região está mais pobre e desigual, com incremento particular do desemprego e da exclusão.

"O papel de liderança do Brasil na região, que os diplomatas desmentem estarmos reivindicando, esbarra na fluidez de muitas de nossas políticas. Aí se inclui nossa posição em relação à fraudulenta eleição peruana, que alguns justificaram como uma atitude soberana, de não dobrar-se frente aos Estados Unidos, como se não fizessemos isto em outros e mais decisivos domínios", explica Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do PT.

"A região andina transformou-se em uma bomba, sobretudo depois que os Estados Unidos decidiram vietnamizar a Colômbia. Como vamos enfrentar essa ameaça militar, política e até ecológica, posto que uma parte do Plan Colombia implica no uso de desfoliantes químicos contra as plantações de coca?", disse.

Para Garcia, "a mini-cúpula de Brasília transformou-se em uma reunião quase acadêmica, capaz de discutir apenas genericamente alguns temas relevantes, como os da infraestrutura ou problemas energéticos".

Luta contra as privatizações

Em janeiro deste ano, o coronel Lucio Edwin Gutiérrez, junto com outros oficiais do Exército do Equador, uniu-se aos protestos indígenas num movimento que depôs o então presidente Jamil Mahud, que havia dolarizado a economia na tentativa de deter uma gravíssima crise econômica.

Gutiérrez, que foi preso e passou para a reserva, fundou a Sociedade Patriótica 21 de Janeiro. "As Forças Armadas só se justificam na medida em que defendam o povo", declarou o coronel. Para ele, o projeto de privatizações de seu país segue a mesma cartilha conhecida pelos brasileiros: passagem do monopólio estatal para monopólio privado, "o que a experiência latino-americana tem mostrado ser negativo. Os preços sobem, os serviços continuam ineficientes, não há investimentos sociais e tudo fica fora do alcance do povo".

Em viagem por países da América Latina, o coronel visitou a sede do PT Nacional e fez breve relato da situação de seu país aos membros do DN, que estavam reunidos em 19 de agosto.

Nas visitas aos países vizinhos, Gutiérrez defendeu a necessidade de formar uma frente continental contra as privatizações e de como a dívida externa dos países da América Latina é cobrada.

PTnoticias

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

DIAGRAMAÇÃO
Alexandre Machado

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

FOTOS
Roberto Panzotti

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Estima
MTB 25075

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima,
Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier

SEDE
Rua S. A. Martins, 132, São Paulo -
SP CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedroso

e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

ENTREVISTA

CUT cidadã vai à luta

Os delegados presentes ao Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocorrido de 15 a 19 de agosto, elegeram o professor de desenho e História da Arte, João Antônio Felício presidente nacional da Central. João Felício foi eleito com 56,89% dos 2276 delegados que votaram no 7º Congresso Nacional da CUT. Felício foi um dos fundadores do PT e presidiu por três gestões a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp). A psicóloga e fundadora do SindSaúde, em São Paulo, Mônica Valente é a nova vice-presidente da entidade. Participaram da disputa o sapateiro, Jorge Martins (24,12%), o metroviário, Wagner Gomes (14,92%) e Júlio Turra (4,07%). "As divergências que temos são com o grande capital, com o governo Fernando Henrique, com os grandes latifundiários, com os empresários que tiram nossos direitos", foi como o novo presidente começou seu discurso de posse, mencionando os debates havidos durante o Congresso. "O dia em que nós tivermos uma central sindical monolítica, onde não haja divergências, não será mais a CUT. A CUT é essa que vocês vivenciaram aqui, de grande efervescência e divergência, mas onde as pessoas chegam no final do processo, saem abraçados, assumindo o plano nacional de lutas que nós decidimos aqui, as grandes mudanças que nós apontamos aqui", falou.

A seguir, a entrevista que João Felício concedeu ao PT Notícias.

Qual balanço você faz do Congresso Nacional da CUT?

João Felício – O Congresso foi realizado em um momento de mudança muito grande na conjuntura do país. Estamos saindo daquela fase de enorme dificuldade de mobilização, de poucas possibilidades de fazer grandes enfrentamentos na sociedade brasileira.

Nem o governo tem mais aquela respeitabilidade e credibilidade do passado, nem nós estamos dispostos a continuar submetidos a uma política com a qual temos profunda divergência, que é o projeto neoliberal. Está havendo uma bolha de crescimento no país, os empresários estão ganhando, os acordos realizados no primeiro semestre resultaram em ganhos reais para 70% dos acordos realizados e estamos sentindo que este segundo semestre será de grande efervescência, de grande mobilização nacional, portanto o Congresso da CUT aconteceu nesta conjuntura, com a possibilidade de retomada do movimento sindical, de grandes mobilizações.

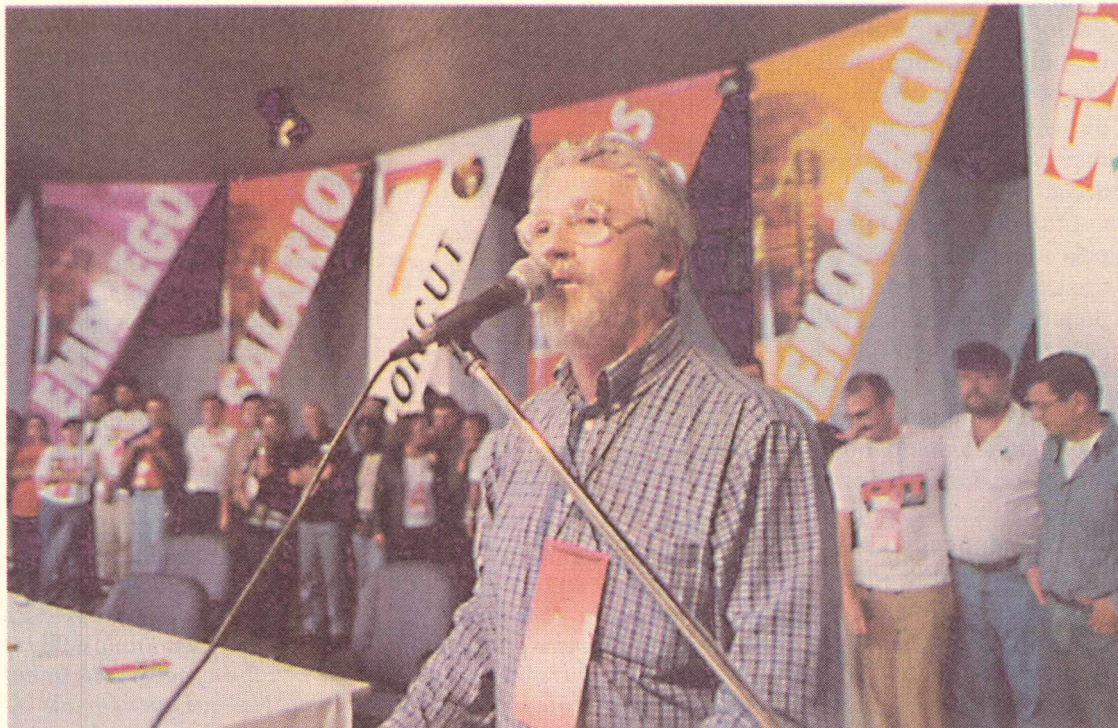
Diria até que houve uma mudança ainda no ano passado, quando a CUT, junto com os partidos de oposição e movimentos populares, por meio do Fórum Nacional de Luta, chamou a grande marcha a Brasília. Foi o início de retomada das grandes mobilizações contra o governo.

O funcionalismo público federal, após seis anos, realizou a mais bela greve do setor; diversos setores do funcionalismo nos Estados também realizaram greves; os metalúrgicos fizeram a sua greve nacional pelo contrato coletivo de trabalho e acho que estamos em uma fase muito rica da movimento sindical e a CUT saberá apontar uma retomada das mobilizações.

Mas também tem o lado negativo. Precisamos mudar o jeito de organizar congressos, porque os delegados esperam mais do que temos oferecido. Precisamos destinar um tempo maior para debater o plano de ação da CUT para que o delegado retorne ao seu Estado armado, disposto a organizar as grandes ações da Central. O plano de ação sempre fica para o final e não há envolvimento de todos. Outra falha: falta de discussão de políticas permanentes (questões relacionadas às mulheres, negros, jovens), que também não podem ficar com pouco tempo de discussão.

Quais são as novidades aprovadas no Congresso?

João Felício – Alguns setores apostavam que sairíamos profundamente divididos do Congresso e aconteceu justamente o contrário. Conseguimos



encontrar uma alternativa satisfatória sobre estrutura sindical, onde aqueles que queriam avançar na construção de sindicato nacional por ramo terão respaldo e apoio da Central. Aqueles que discordam do projeto não se sentiram excluídos com a resolução aprovada, ao contrário. Todos continuarão sob o guarda-chuva da CUT.

O segundo grande avanço foi que conseguimos consolidar a chamada 'CUT Cidadã', que é uma proposta de defender o cidadão em sua integralidade: a participação nas eleições municipais (vamos novamente estimular o debate, soltar cartilhas, jornais para que o movimento sindical tenha uma participação decisiva no processo eleitoral). Não queremos que seja simplesmente o momento em que o cidadão digita o seu voto, mas sim um processo de participação, chamando debates dentro dos sindicatos com os candidatos para que os projetos antagônicos sejam apresentados e o cidadão faça uma escolha consciente.

Questões como da mulher, do jovem, do negro, as políticas regionais também estão neste projeto. A CUT não será uma central sindical nacional da classe trabalhadora brasileira se ela não tiver em mente que as especificidades regionais existentes no Brasil são muito diferenciadas. Há determinadas ações que unificam todos (salário mínimo, redução da jornada de trabalho, reposição salarial, artigo 7º da Constituição), mas precisa haver algo mais para o cidadão do Nordeste, da Amazônia, do Vale do Jequetinhonha.

A CUT precisa ter proposta para a seca e industrialização do Nordeste, pantanal matogrossense. Pela primeira vez na história da Central aprovou-se resolução sobre a Amazônia. Com isso vamos espalhando a Central pelo Brasil, aproximando ela do sindicato de base.

Há uma necessidade de construirmos alternativas de organização para que a Central permaneça sendo a maior central sindical do século XX. Temos 3.100 sindicatos filiados, mas

precisamos de proposta para o setor informal e terceirizado da economia. São estes os grandes desafios para CUT para o próximo período.

No ano passado lançamos a Agência de Desenvolvimento Solidário, que é uma nova forma de entender o processo produtivo com a classe trabalhadora sendo agente e não simplesmente expectadora das mudanças na economia.

E como a CUT vai encaminhar estas questões?

João Felício – Primeiro com a mudança na estrutura sindical. A existência de dezoito mil sindicatos no Brasil não interessa mais à classe trabalhadora. Nossos companheiros cutistas precisam ser convencidos de que o processo de fusão é fundamental para que a gente possa gastar menos na estrutura do sindicato e muito mais recurso na mobilização, na ação política. Vai ser uma luta danada. Precisamos implantar a Convenção 87 da OIT (liberdade e autonomia sindical), que é um princípio da Central desde a sua fundação que ainda não conseguimos implementar.

Não é possível que os sindicatos gastem a maior parte de seus recursos para sustentar a máquina e na hora de destinar recursos para formação, ação e mobilização tem muito pouco. Isso vai ser uma revolução na estrutura cutista. Os sindicatos tem de oferecer algo mais do que lutar por salário, emprego e manutenção dos direitos.

Então, o nosso jeito de fazer política precisa ser remodelado, requalificado na ação política e na organização se quisermos representar com dignidade e competência o movimento sindical brasileiro. Mas a cara contestadora e de radicalidade não pode mudar.

A CUT está sendo apontada como representante do funcionalismo e a imprensa até diz que a Central somente representa esse setor...

João Felício – A CUT é a mais bela central sindical do movimento operário que

surgiu na história sindical. Ela é extremamente original na sua representação: é a maior central brasileira no campo, no setor operário, no funcionalismo público e no setor de serviços, que são os quatro grandes ramos da economia.

Poucas são as centrais no mundo todo que tem essa vastíssima representação social, essa inserção nos mais variados campos da economia. O setor operário na CUT continua sendo maioria. O setor público representa hoje de 30 a 32% do número de sindicatos filiados e se somar o que representam os metalúrgicos, químicos, petroleiros, setor de vestuário, alimentação, entre outros setores do operariado, eles são maioria na Central. No entanto, a imprensa sempre tenta carimbar a CUT como a central sindical do servidor público, porque o servidor tem a CUT como referencial. Não há entidade de servidores filiadas a outras centrais. Os que são filiados a uma central são filiados à CUT e os representantes com muito orgulho.

O objetivo da imprensa é passar para a opinião pública a idéia de que a CUT é somente de servidores públicos e que outras centrais sindicais representam o setor do operariado. É uma forma de tentar diminuir a importância e representatividade social que a CUT tem. Tanto é assim que estavam disputando a presidência na entidade um professor, uma funcionária pública, um bancário, um sapateiro e um metroviário. Qualquer um poderia ser eleito presidente e isso não representa menor poder para os metalúrgicos ou aumento de inserção do funcionalismo na Central.

É uma tremenda bobagem que a imprensa vem falando. A Revista Veja publicou uma matéria cujo título era "CUT estatizada". A imprensa jamais abrirá espaço para a CUT dizer o que pensa, pois não interessa ao setor mais conservador expôr ou explicar o plano de ação aprovado no Congresso, a nossa proposta de estrutura sindical, o que é a CUT cidadã. Para eles a notícia é que um funcionário

público dirige a entidade e que os metalúrgicos perderam poder. Como se fossemos mudar nossa política, nossa prática sindical e marca opositorista ao projeto neoliberal porque o presidente é de um ou outro setor.

Então nos fale sobre o plano de ação aprovado.

João Felício – Estaremos envolvidos no Grito dos Excluídos; no plebiscito sobre a dívida externa, para que o debate não seja acadêmico, para determinados setores, e sim para amplas parcelas da população, para que entendam que as dívidas interna e externa, a dívida pública são elementos extremamente nocivos para quem quer construir um Brasil justo.

A terceira grande campanha será a salarial. São inúmeras categorias que tem data-base neste segundo semestre. Os empresários estão vendendo e ganhando mais, o Estado está arrecadando mais impostos, portanto nós queremos dividir esse lucro. Não queremos que esse "crescimento" resulte somente em mais lucros para o empresário e sim mais ganhos para a classe trabalhadora. Por isso queremos uma campanha unificada, solidária entre as categorias profissionais.

Nesta campanha estarão embutidas discussões sobre ganhos reais, mas também sobre o salário mínimo de fome que o governo anunciou e a questão do FGTS, que foi uma vitória significativa.

A quarta campanha será a eleição municipal. E a mais importante: a luta pela democracia. A sensação que dá é que com a conquista de eleições diretas se chegou a um Brasil democrático. Não é verdade. Está havendo uma escalada de autoritarismo no país nos últimos tempos. A tentativa de alijamento da organização sindical; o julgamento de Corumbiara, que é um massacre contra quem luta pela democratização da terra e pela reforma agrária; os acontecimentos na Usiminas (MG), quando os empresários pressionaram os metalúrgicos a saírem do sindicato porque discordava da proposta patronal.

Também vamos retomar uma campanha nacional contra a corrupção, pela redução da jornada de trabalho e pelo fim das horas extras. A redução da jornada de 44 horas para 40 resultaria no surgimento de 1,7 milhão de postos de trabalho. É claro que a questão central para resolver o problema do desemprego é a mudança da política econômica do governo. Mas também a humanidade caminha para a diminuição de jornada para que o cidadão possa ter tempo para a sua formação, para o lazer, para a família, a cultura. E campanhas contra a privatização também estão na pauta.

BRASIL

Grito dos Excluídos em mais de 1.200 cidades

A coordenação do Grito dos Excluídos, manifestação nacional de protesto realizada no dia 7 de setembro, avalia que mais de 1.200 cidades participaram do movimento em todo o País. Este ano, o protesto aconteceu junto com outra manifestação popular: o Plebiscito da Dívida Externa.

“Esperamos que aconteçam manifestações em maior número de cidades do que o Grito do ano passado, que teve atos em cerca de 1.200 municípios”, declarou o coordenador nacional da Central de Movimentos Populares, José Albino. Em São Paulo, a manifestação acontece no Monumento do Ipiranga, às 10h. Várias passeatas se concentrarão para o local, inclusive uma que sairá da praça da Sé, no Centro.

No Rio de Janeiro, trabalhadores sem terra vão pela avenida Presidente Vargas, no Centro. A intenção dos organizadores é aproveitar o público que assistirá ao desfile militar e fazer o “desfile dos excluídos.” Em Aparecida do Norte, Vale do Paraíba, em São Paulo, são esperadas 70 mil pessoas na 13ª Romaria dos Trabalhadores. Em Brasília, as manifestações serão em frente ao Sindicato dos Bancários na EQS 314/315, onde está funcionando a coordenação local do Plebiscito da Dívida Externa. Em Belo Horizonte, a manifestação será na praça da Liberdade.

Neonazistas ameaçam petistas

Neonazistas ameaçam em São Paulo parlamentares petistas às vésperas das manifestações do Grito dos Excluídos. O deputado estadual Renato Simões (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, recebeu carta contendo ameaça de grupo de skinheads. Outro petista, o

vereador Ítalo Cardoso, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, recebeu carta com as mesmas ameaças, feitas também ao coordenador da Anistia Internacional, José Eduardo Bernardo da Silva.

O deputado foi avisado pela Rede Globo sobre a existência da carta e que poderia sofrer atentado. A emissora recebeu comunicado do grupo de neonazistas, que cita o nome do deputado e de outras personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos. Os intitulados skinheads colocaram o local da Congregação Israelita como endereço dos remetentes.

Represálias

Na carta recebida por Simões, o deputado foi citado como um dos que podem receber represálias. Auto denominados como “Raça Pura”, prometem iniciar a partir do dia 7 de setembro uma série de ações contra homossexuais, negros, nordestinos e personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

A Polícia conseguiu desativar a bomba enviada para a sede Anistia Internacional. Especialistas da PM informaram que o artefato era suficiente para matar uma pessoa. Os neonazistas afirmam na carta que vão começar uma “limpeza”.

Mensagens de solidariedade para o deputado podem ser enviadas para rsimoes@uol.com.br e para o vereador para italo@uol.com.br.

influência do ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, nas negociações que envolvem o governo.

Crimes

“Eduardo Jorge praticou crimes contra a administração pública, tráfico de influência, corrupção ativa em vários casos como o da Montreal, Previ e outros contratos onde empresas que ele assessorava foram beneficiadas”, disse a senadora petista. Para Heloísa Helena, é fundamental o trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado até para ajudar as investigações que estão sendo feitas pelo Ministério Público.

A parlamentar aposta também nas investigações que estão sendo feitas pelo Ministério Público em Brasília, que vão além do escândalo do TRT paulista. “A comissão vai agilizar o trabalho do Ministério Público porque vão aparecer novos indícios e contradições nesses casos”, garantiu a líder do PT no Senado, que afirma acreditar que a CPI para investigar Eduardo Jorge será criada ainda este ano.

PT nacionaliza disputa eleitoral

O coordenador-geral do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do Diretório Nacional, deputado federal João Paulo Cunha, falou ao PT Notícias sobre as perspectivas eleitorais, pesquisas e nacionalização das campanhas.

Quais são as perspectivas eleitorais do PT?

João Paulo – São muito positivas. Primeiro porque o Partido deverá crescer consideravelmente em número de prefeituras. Esperamos, no mínimo, triplicar o número de cidades e de vereadores.

Mas, além da questão numérica, vamos ganhar cidades importantes, crescendo o número de capitais e de municípios com grande importância em cada Estado.

Há um campo vasto para o PT crescer, um número crescente de cidadãos e cidadãs optando pelo voto no PT pela primeira vez, porque reconhecem agora que o Partido ainda é um lugar onde se preserva a ética.

O GTE tem tratado de forma nacional grandes temas?

João Paulo – O GTE está trabalhando, a partir das orientações do DN, sob dois aspectos no que diz respeito à nacionalização destas eleições. A primeira é nacionalizar dizendo

que a maioria ou grande parte dos problemas das cidades são decorrentes da política econômica nacional. Então não adianta a gente discutir o desemprego como causa do município e sim da política que nacionalmente tem sido desenvolvida pelo atual governo. E assim com os outros temas também.

A segunda é mostrar que temos propostas e projetos premiados e exitosos nas cidades já administradas pelo PT no Brasil inteiro. Estamos mostrando que o Banco do Povo dá certo em Blumenau, em Porto Alegre, em Santo André e pode dar certo por quem venha a adotá-lo. A Bolsa Escola dá certo em Brasília e pode funcionar em municípios que queiram aderir.

A nacionalização se dá pela crítica ao modelo econômico excludente e que tem como cabeça o presidente da República, que faz com que nossas cidades paguem caro por essa política e as nossas propostas para resolver determinados problemas, que são aplicadas nas cidades mas que podem ter caráter nacional.

Quais têm sido os grandes adversários do PT nesta eleição?

João Paulo – Como é uma eleição municipal, não há um corte linear de determinado partido ser mais forte ou mais fraco. Na verdade, o único partido que mantém uma coerência nacional é o PT. Nas cidades estamos diferenciando quem faz parte do bloco de sustentação do projeto que tem destruído o Brasil, o projeto

neoliberal de FHC, e quem tem lutado contra. E a gente vai determinando as relações que travamos com cada uma destas candidaturas. Essa tem sido a forma de localizar os adversários e aliados em cada cidade.

O GTE está acompanhando quantas cidades?

João Paulo – Inicialmente delimitamos que o GTE acompanharia 187 cidades, consideradas prioritárias. Também definimos um atendimento mais especial para as capitais e mais 30 ou 40 cidades pólos.

Qual a avaliação que o GTE fez da propaganda eleitoral na TV?

João Paulo – O resultado é que o PT não tem ido mal. Em que pese, numa parte grande das cidades os partidos de situação terem crescido, o PT continua mantendo uma boa colocação nas disputas.

O que é importante destacar é que estamos enviando para as cidades que têm emissoras de rádio e televisão uma seqüência de fitas renovada para que cada campanha possa usar de forma diferenciada. As fitas têm falas do Lula, Zé Dirceu, Genoíno, Mercadante, Suplicy. Fizemos comerciais do PT para serem tratados nacionalmente e abordando temas que consideramos importantes: denunciando os responsáveis pela corrupção, a questão do emprego, da saúde, segurança, educação. Temas que são valiosos para nós e para os quais temos alternativas.

Este pleito conseguirá varrer os corruptos da política?

João Paulo – A eleição poderia ter esse caráter, mas não será preponderante que os corruptos sejam afastados, porque o programa eleitoral e essa fase de campanha acaba nivelando por baixo, dando a impressão que todos são iguais.

Então acho que não será desta vez que o povo conseguirá separar o joio do trigo.

Mas não sou ingênuo a ponto de achar que tudo que falamos não terá nenhum efeito. Uma parte das pessoas envolvidas com corrupção serão punidas eleitoralmente. Mas ainda não será o que gostaríamos que fosse.

Qual é a programação do GTE para este último período?

João Paulo – Estamos preparando esse material de televisão, terminando a agenda do Lula do mês de setembro e acompanhando as pesquisas para que em função delas possamos destacar onde empenharemos mais esforços. Já temos uma relação de cidades que estamos distribuindo entre os membros do GTE para acompanhamento.

E como estão as pesquisas?

João Paulo – As pesquisas são um instrumento importante. E temos que ter um meio termo entre usar adequadamente as pesquisas e entender a importância delas, e de outro lado não deixar que elas sejam completamente desprezadas. Nós temos pesquisas em 112 cidades e todas estas informações estão disponibilizadas na página do PT na internet (www.pt.org.br).

Quadro da disputa eleitoral 2000

UF	Quantidade Municípios	Quantidade cidades onde o PT é organizado	Quantidade candidatos a prefeito (CABEÇA DE CHAPA)	Cidades onde o PT disputa eleição sem candidato do partido para prefeito	Quantidade atual de prefeitos	Quantidade atual de vereadores
AC	22	22	11	11	03	23
AL	102	74	18	49	00	09
AM	82	50	09	24	00	10
AP	16	15	07	07	00	02
BA	417	299	108	119	05	76
CE	184	135	23	107	01	58
ES	78	59	11	42	00	36
GO	246	155	19	85	02	35
MA	217	102	22	46	02	22
MG	853	645	174	156	27	320
MS	77	76	36	37	01	32
MT	139	110	22	96	01	32
PA	143	131	60	89	01	80
PB	223	134	28	94	00	40
PE	185	100	*23	88	02	24
PI	222	128	23	35	01	18
PR	399	319	*66	*87	05	90
RJ	92	85	30	81	02	32
RN	187	78	28	11	00	08
RO	52	49	36	12	04	45
RR	15	07	0	5	00	02
RS	497	460	261	47	27	390
SC	293	251	118	84	09	124
SE	75	60	08	43	00	10
SP	645	485	*200	**	14	278
TO	139	71	10	51	01	14
TOTAL	5561	4098	1367	1505	108	1808

* Dados parciais

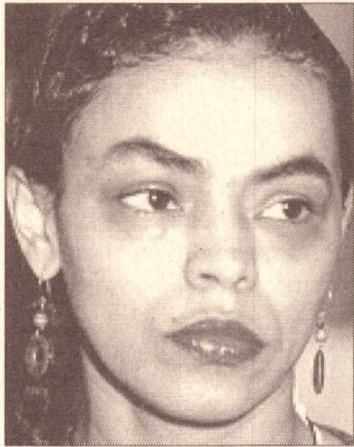
Fonte: GTE-Nacional Eleições 2000

Quadro da evolução dos mandatos do PT

ELEITOS PELO PT	82	85	86	87	88	90	92	94	96	98
Prefeitos	2	1	-	1	36	-	54	-	115	-
Vereadores	118	-	-	-	900	-	1100	-	1985	-
Governadores	0	-	0	-	-	0	-	2	-	3
Dep. Estaduais	12	-	40	-	-	81	-	92	-	90
Dep. Federais	8	-	16	-	-	35	-	50	-	59
Governadores	0	-	0	-	-	1	-	5	-	7

O P I N I A O

Legispirataria



No dia 30 de julho passado, mesmo com o Congresso Nacional em recesso, o governo federal reeditou a Medida Provisória 2.052, regulamentando o acesso ao patrimônio genético no país. Isso faz parte de uma cadeia de absurdos que compõe a atuação do governo em uma área estratégica.

Há cerca de cinco anos o governo vem sendo alertado para a necessidade de uma lei que regulamente o acesso aos nossos recursos genéticos e biológicos. Desde a Rio-92, com a aprovação da Convenção da Biodiversidade, o tema tem tido extensa repercussão,

por sua importância ecológica, social, cultural, econômica e científica. Países com megadiversidade biológica, como o Brasil, saíram da Rio-92 em situação potencialmente privilegiada, inclusive por que passavam a contar com um novo trunfo político nas negociações internacionais.

Mas nada aconteceu na área governamental após 92. Em 94, o Congresso ratificou a Convenção e, no ano seguinte, decidimos apresentar um projeto de lei de acesso, que viria a ser aprovado no Senado em 1998, através do substitutivo do senador Osmar Dias. Várias audiências públicas foram realizadas com ampla participação, inclusive de técnicos de vários ministérios. Só então o governo acordou para o assunto, mas sobretudo com receio de um controle social mais aberto sobre o acesso à biodiversidade, assim como de ter que mais tarde aplaudir a iniciativa da oposição.

O governo apresentou, portanto, o seu próprio projeto na Câmara, mas

impedia, através de manobras regimentares, que a matéria tramitasse (havia ainda os projetos dos deputados Jacques Wagner e Silas Câmara).

Enquanto isso, com base nas mudanças legais que

O governo foi alertado para a necessidade de regulamentar o acesso aos recursos genéticos

promoveu para encolher o Estado, o governo criou a Organização Social Bioamazônia que foi a campo para negociar a biodiversidade brasileira com a multinacional Novartis. A OS assinou um contrato que oferecia à empresa acesso a material genético da Amazônia, passando por cima de seu próprio regulamento, sem

consultar seu Conselho Administrativo ou o Ministério do Meio Ambiente, e ainda com a assinatura de "autoridades" da área de planejamento e economia do governo, responsáveis pelo Programa "Avança Brasil".

É assim que o Brasil de FHC avança. Nesse caso, tentando fazer caixa com a biodiversidade, na sua política de queimar tudo na fogueira do ajuste fiscal e do pagamento da dívida.

É por isso que em junho último, o governo editou a MP 2.052 que, na prática, significa dar ao país, de maneira autoritária e tecnicamente inaceitável, uma base "legal" para contratos no mínimo suspeitos, como esse com a Novartis. Usar de MP para regulamentar a Convenção além de atropelar o debate no Congresso, não oferece segurança para quaisquer contratos, em virtude de sua natureza provisória. O que demonstra que além de autoritário, o atual governo é incompetente.

Reações duras contra a MP e o contrato com a

Novartis vieram de setores do próprio governo, bem como da SBPC, de entidades sociais, organizações indígenas, da imprensa e de parlamentares. Duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) foram impetradas pelo PCdoB e PT e outra pela Contag.

Além de tudo isso, a inaptidão ética do governo FHC fica evidente quando se quer esvaziar uma iniciativa legislativa do Congresso. O Executivo copia e reapresenta projetos de lei de iniciativa de parlamentares. Agiu assim em relação à campanha de

FHC avança tentando fazer caixa com a biodiversidade para pagar a dívida externa

vacinação do idoso, do deputado Eduardo Jorge; à proteção ao trabalho doméstico, proposta pela senadora Benedita da Silva; ao projeto de renda mínima, do senador Eduardo Suplicy; entre outros. É como se o Executivo sofresse de uma espécie de "síndrome da autoria", que o leva compulsivamente a uma espécie de prática de "legispirataria".

No caso da regulamentação da biodiversidade, pode-se dizer que o governo surtou. Legispirateou duas vezes: em 1998, com um projeto que desfigurava o nosso, e agora com a sua MP. Acontece que biodiversidade é assunto estratégico, não é coisa para entrar em balancetes apressados da área econômica. Deve ser discutido com a sociedade para que se estabeleça modelos sustentáveis de uso e conservação, em benefício de toda a nação.

Marina Silva é senadora do PT-AC

O império da impunidade

É sabido que o progresso da civilização humana não ocorre de maneira constante, mas em ondas cíclicas de recuos e avanços que, no fim das contas, acabam propiciando uma evolução positiva. Assim também é com a conquista da democracia, que sofre retrocessos, para, em seguida, recuperar o fôlego e avançar mais a frente.

O importante não é aceitar passivamente esses momentos de refluxo negativo, que podem fugir do controle e inverter o ciclo progressivo da democracia, empurrando o país ladeira abaixo, rumo a um obscuro autoritarismo.

E o primeiro passo dessa luta contra as forças antidemocráticas constitui, evidentemente, diagnosticar precisamente onde e como elas estão atuando, bem como definir o seu objetivo devastador imediato.

No momento, uma das mais graves ameaças à

reconstrução da democracia nacional é o projeto da "Lei da Mordada", que considera crime de abuso de autoridade as informações dadas à imprensa sobre o andamento de investigações, inquéritos e ações penais.

Diante desse absurdo, torna-se indispensável não esquecer que uma sociedade livre não deve sustentar-se apenas num Poder Legislativo forte e independente. Até porque o

regime parlamentarista também pode ser vassallo de um sistema autoritário de governo, inclusive como forma de perpetuação no poder de grupos apoiados por forças econômicas irresistíveis, de dentro e de fora do país.

Uma sociedade

verdadeiramente democrática depende de outras instituições, dentre as quais o Judiciário e o Ministério Público, atuando em regime de plena liberdade dos meios de

comunicação. Entretanto, o que parece mais importante — embora esteja passando despercebido — é a aliança entre essas três

instituições, com possibilidade de formar uma contra-força real, capaz de combater o poderio do crime organizado.

Sem o precioso auxílio da imprensa, teria sido impossível o "impeachment" de um Presidente, a condenação

dos bicheiros e da máfia da Previdência Social. Não se teria desmascarado as quadrilhas dos anões do Orçamento e dos Precatórios, nem se teria tomado conhecimento do escândalo dos grampos do BNDES.

Da mesma forma, cumpre ter presente a importância da divulgação dos sucessivos escândalos envolvendo altas autoridades governamentais, como o dos Bancos FonteCindam e Marka e do TRT de São Paulo, com desvio de recursos públicos em valores superiores a R\$ 160 milhões e despuddorado tráfico de influência, inclusive para a nomeação de juizes, com a participação do tesoureiro das campanhas presidenciais e Secretário-Geral da Presidência da República.

E não é assim só no Brasil. O que dizer das

investigações do escândalo de "Watergate", sem a imprensa?

Por outro lado, sem o apoio da imprensa e da opinião pública, muitos magistrados e membros do Ministério Público que se arriscam ao confronto com o crime organizado já não estariam vivos. Os envolvidos nas investigações não se arriscam a assassinar os responsáveis pelos inquéritos, quando é notório para o público quem está comandando a acusação. Se o fizessem estariam selando antecipadamente a sua condenação.

Além disso, o projeto é violentamente inconstitucional, porque atenta contra o livre exercício do Poder Judiciário e do Ministério Público e, sobretudo, contra a liberdade de imprensa.

O inquérito sigiloso tem

cheiro de ditadura, corrupção, enriquecimento ilícito e favorecimento político. A quem beneficia o projeto da Lei da Mordada senão aos criminosos de alto coturno, sejam traficantes ou assaltantes requintados dos cofres públicos?

Quando a Nação começa a despertar para a luta contra a impunidade surge um projeto desses, que significa enorme retrocesso, transportando o país de volta aos anos de chumbo.

É indispensável que a consciência nacional se revolte contra o Projeto de Lei da Mordada, que, embora já aprovado na Câmara dos Deputados, não pode transformar-se em lei.

Do contrário, em plena República e no curso do renascimento da democracia, vai-se criar um império medieval da impunidade.

Antonio Carlos Biscaia, ex-deputado federal/PT-RJ

Deputado petista preside a Copa

A eleição do deputado federal Geraldo Magela (PT-DF) para a presidência da Conferência Parlamentar das Américas (Copa) mostra a importância de nosso País no encaminhamento da integração dos países americanos. O nome do parlamentar brasileiro foi aclamado durante a assembléia geral, ocorrida em julho deste ano, em Porto Rico.

O que é a Copa e por que foi criada?

Magela - A Copa foi fundada em Quebec, em 1997, reunindo parlamentos federais, estaduais, regionais e entidades. Seu objetivo é articular os parlamentos das Américas para acompanhar os processos de discussões políticas e sociais entre os países americanos. A Copa foi criada para acompanhar os processos de integração em todos os momentos.

Como foi a escolha do seu nome para presidir a Copa?

Magela - Creio que foi pela importância do Brasil. Como a Copa é uma articulação de parlamentos, o Brasil pode desempenhar um papel fundamental.

Quais são seus objetivos a frente da Copa?

Magela - O objetivo central é consolidar a Conferência como uma instituição de articulação dos parlamentos americanos. No caso do Brasil, vamos buscar fazer essa articulação com todos os partidos, sabendo que essa Conferência é uma entidade plural, suprapartidária. É claro

que, por ser um parlamentar petista, estarei levando também as visões de auto-determinação dos povos, da autonomia dos países, da independência política e econômica, da necessidade de integração sem submissão. O que mais me preocupa é que os processos de integração das Américas não se faça com a hegemonia exclusiva de um ou outro país apenas sob o ponto de vista econômico, mas que possa se dar sob o aspecto cultural, social, com respeito às características nacionais.

Quais os principais temas discutidos na Conferência deste ano?

Magela - Nesta assembléia geral, por sugestão da delegação brasileira que se reuniu um ano antes, tema em debate foi a pobreza nas Américas, com subtemas que abordaram as causas e conseqüências da corrupção para a pobreza e o narcotráfico, as conseqüências da pobreza para a educação e o processo das dívidas externas dos países das Américas.

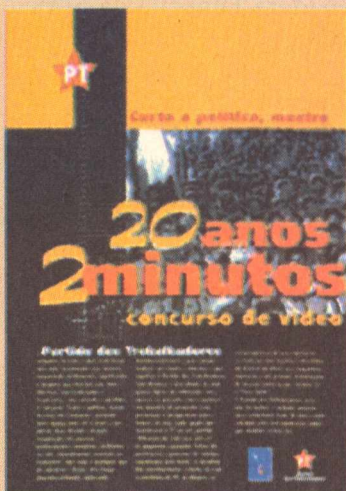
De que forma a Copa pode influir na erradicação da pobreza?

Magela - O grande debate hoje é quais são as

causas da pobreza nas Américas. Na nossa visão, uma das maiores causas é a distância entre os países ricos e pobres e, dentro dos países, entre os ricos e os pobres. A superação da pobreza passa pela redistribuição de renda e riqueza, que tem que ser feita inclusive debatendo questões fundamentais como as dívidas internas e externas. Os efeitos colaterais da pobreza, como a corrupção, o narcotráfico, a falta de investimento na educação, também devem ser perseguidos com muito afinco pelos parlamentares.

CONCURSO

UMA câmera na mão e o PT na cabeça



O Partido dos Trabalhadores completa 20 anos e quer comemorar essa data inovando. Será a primeira vez que um partido político brasileiro recontará sua história por meio de um concurso de vídeo. A ideia é resgatar sentimentos, significados e imagens que fizeram suas lutas e derrotas, suas realizações e

frustrações, seus achados e perdidos.

O concurso "20 anos em 2 minutos", organizado pela Fundação Perseu Abramo, pretende abrir espaço para ver e ouvir o que dessas duas décadas vai pela imaginação das pessoas - sem nenhuma restrição -, profissionais e amadores, militantes ou não, simpatizantes convictos ou hesitantes.

Vale todo e qualquer tipo de narrativa - ficção, não-ficção, desenho animado, vídeo-arte, computação gráfica, mini documentário - que consiga traduzir em exatos dois minutos o que significa o PT.

Os filmes podem ser realizados em qualquer tipo de equipamento que produza imagem em movimento, mas devem ser entregues em VHS, no sistema PAL-M ou NTSC. Serão escolhidos 30 vídeos

que vão participar de uma mostra competitiva. Os vídeos selecionados vão integrar exposição itinerante que percorrerá os Estados.

O vencedor terá seu filme veiculado no primeiro programa nacional do PT em 2001 e receberá R\$ 4 mil e mais uma passagem para Nova Iorque ou trecho equivalente. O segundo e terceiro colocados também vão ganhar passagem para Nova Iorque e receberão, respectivamente, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil.

O prazo de inscrição será aberto no próximo dia 10 de setembro e termina em 10 de outubro. Outras informações e o regulamento podem ser obtidos no site da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br) ou pelo telefone (0xx11)5571-4299.

Novos talentos

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), encaminhou carta aos militantes pedindo empenho na divulgação do concurso de vídeo "20 anos em 2 minutos". O concurso é aberto a todos os interessados. Cada pessoa pode inscrever quantos trabalhos quiser, desde que sejam inéditos.

"Com essa iniciativa esperamos ampliar o contato com profissionais e estudantes da área de comunicação e publicidade e contribuir para a revelação de novos talentos", explicou Dirceu. Segundo ele, os militantes devem usar os canais do Partido, como boletins, jornais e páginas da internet para a divulgação do concurso. Dirceu pede ainda que os petistas indiquem contatos para tornar o concurso mais conhecido.

NOTAS

DN mantém direção da Fundação Perseu Abramo

Durante a reunião do Diretório Nacional, ocorrida no dia 29 de julho, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Luiz Dulci, relatou o histórico da FPA, destacando três períodos. O primeiro, que se inicia com o detalhamento do projeto geral até a posse do Conselho Curador e da Diretoria; um segundo período que se inicia com as atividades públicas, elaboração de planejamento estratégico, até o lançamento da página eletrônica; o terceiro período que se inicia em março de 1998 com a inauguração da sede própria, a estruturação material e organizativa, a ampliação de parcerias até a consolidação e o pleno desenvolvimento de projetos.

Dulci citou como principais objetivos da FPA a contribuição para a sistematização e elevação da cultura política do Partido no seu conjunto e a articulação do campo intelectual e artístico já identificado ou passível de identificar-se com o projeto petista. Em seguida, apresentou a estrutura organizacional da FPA, a Diretoria, os Conselhos, os Comitês, as Equipes dos Projetos e o Núcleo Administrativo/Financeiro.

Dentre os projetos e trabalhos realizados, Luiz Dulci citou as coleções da Editora, diversas obras avulsas (*Crime (quase) perfeito*; *o Brasil Endividado*; *A máfia das propinas*; *Economia Socialista*, entre outros títulos) e as parcerias editoriais, as edições em outros países, diversas publicações previstas para 2001, o Projeto Memória e História, o Núcleo de Opinião Pública, o Projeto de Reflexão Político-Ideológica, as atividades realizadas com parcerias e a Revista Teoria e Debate e finalizou a apresentação com a prestação de contas da FPA.

Os membros do DN fizeram as seguintes sugestões: elaboração de material de formação para novos filiados, regionalizar a FPA, reeditar o livro de resoluções atualizado, lançar publicações sobre temas internacionais específicos e a criação de um núcleo de estudos econômicos.

O DN deliberou por unanimidade pela recondução da atual direção da Fundação Perseu Abramo para o mandato seguinte.

No Conselho de Curadores, Geraldo Pastana, Gilberto Carvalho Conceição Maria, Iria Charão, Maria da Conceição Tavares e Plínio de Arruda Sampaio serão substituídos por João Cláudio Arroyo, Jorge Mattoso, Leandro Konder, Luiz Sérgio Gomes, Suely de Oliveira e Arlete Sampaio.

Nova edição de Teoria e Debate às vésperas das eleições municipais

A última edição da revista Teoria e Debate tem boa parte de seus artigos dedicados à análise de questões relacionadas

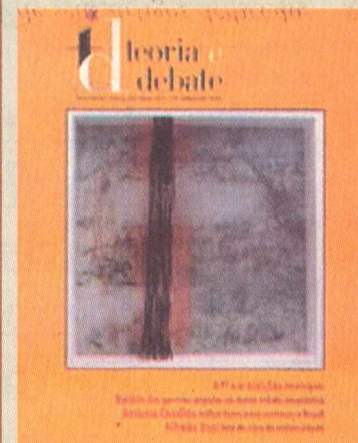
às eleições. O jornalista Rui Falcão trata do momento político e alerta para os perigos à democracia que recentes medidas do governo FHC representam. O deputado federal João Paulo Cunha, coordenador geral do Grupo de Trabalho Eleitoral do PT, fornece informações sobre o quadro eleitoral e aponta as linhas gerais de atuação e as perspectivas otimistas do PT.

E em se tratando de eleições municipais, muito se fala do "modo petista de governar". Rose Spina, editora-assistente de TD, foi a Belém ver como funciona a administração petista na principal cidade da Amazônia e relata por que o prefeito Edmilson Rodrigues tem altíssimos índices de aprovação.

Na seção "Entrevista", o professor Alfredo Bosi, da USP, analisa a crise pela qual passa o ensino superior público no país e fala da cultura brasileira. Em "Livros", o professor Antonio Candido aceitou a tarefa de apontar aqueles que são, na sua compreensão, os principais livros para se entender o Brasil.

O comportamento da juventude nas regiões metropolitanas brasileiras é analisado por Gustavo Venturi e Helena Abramo. E a partir desta edição Teoria e Debate publicará artigos traduzidos do *Le Monde Diplomatique*, inaugurando a seção "Internacional".

A edição número 45 de TD pode ser solicitada pelo telefone (0xx11)5571-4299 ou pelo email td@fpabramo.org.br



A seguir os trechos principais do Regulamento:

Do tema:

Os trabalhos poderão contemplar quaisquer aspectos que sintetizem os 20 anos do Partido dos Trabalhadores. Do júri e da premiação: Os 30 (trinta) trabalhos selecionados para a Mostra Competitiva serão exibidos durante evento de premiação que acontecerá no mês de novembro de 2000.

O júri composto por Eder Santos, Jean-Claude Bernardet, Jorge Furtado, Lírio Ferreira, Maria do Rosário Caetano, Renato Tapajós, Solange Farkas, Tata Amaral e Zózimo Bulbul, profissionais ligados ao setor audiovisual, indicará os trabalhos que receberão os seguintes prêmios:

1º lugar: troféu, veiculação no primeiro programa nacional do Partido dos Trabalhadores em 2001; R\$ 4.000,00 e uma passagem de ida e volta para Nova York (ou trecho equivalente).

2º lugar: troféu, R\$3.000,00 e uma passagem de ida e volta para Nova York (ou trecho equivalente).

3º lugar: troféu, R\$ 2.000,00 e uma passagem de ida e volta para Nova York (ou trecho equivalente).

Da participação:

Poderão participar realizadores vinculados ou não a produtoras, entidades ou instituições.

Só serão aceitos trabalhos inéditos, sem veiculação anterior em qualquer meio de comunicação ou exibição em festivais ou concursos.

Cada realizador(a) poderá inscrever quantos trabalhos quiser.

Do formato:

Os trabalhos poderão ser realizados em qualquer tipo de equipamento que produza imagens em movimento.

A duração de cada trabalho deverá ser de exatamente 2 (dois) minutos, mais até no máximo 12 (doze) segundos complementares para inscrição de créditos.

Os trabalhos deverão ser entregues em VHS, sistema PAL-M ou NTSC, independentemente do suporte em que tenham sido realizados. Das inscrições:

O período de inscrição vai de 10 de setembro de 2000 a 10 de outubro de 2000 e ela é gratuita.

Serão considerados inscritos todos os trabalhos encaminhados, por correio ou pessoalmente para a Fundação Perseu Abramo a/c Projeto Reflexão à Rua Francisco Cruz, 234 - CEP 04117-091, Vila Mariana - São Paulo - SP.

Da seleção:

A Comissão Organizadora formará uma equipe de seleção que escolherá, segundo o seu exclusivo arbítrio, os 30 (trinta) trabalhos que participarão de uma mostra competitiva.

Da mostra:

Os trinta trabalhos selecionados serão exibidos em uma mostra em São Paulo, quando ocorrerá a premiação para os primeiros três lugares.

Depois da premiação em São Paulo, os 30 vídeos selecionados integrarão uma mostra itinerante, que percorrerá outros estados.

Informações e íntegra do regulamento disponíveis nos endereços da Fundação Perseu Abramo (11) 5571. 42. 99 - e-mail: vinte2@uol.com.br - <http://www.fpabramo.org.br>

FHC não entende nada de futebol

Edson Arantes do Nascimento, mineiro de Três Corações, cidadão brasileiro, está profundamente magoado. Da mágoa para a revolta foi um passo. Bastou uma entrevista, uma pergunta. Pela primeira vez, o brasileiro Edson pediu socorro a uma outra entidade que ele incorpora há quase sessenta anos. Gritou por Pelé. Claro que Pelé baixou e, na mesma hora, bronqueado, defendeu o parceiro.

Pelé disse com todas as letras que o responsável pelo caos no futebol brasileiro é o presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o maior jogador do mundo, FHC desfigurou a lei que o cidadão Edson, enquanto ministro, tinha elaborado, dando-lhe o nome de Lei Pelé.

Pediu ardentemente que não coloquem o nome (Pelé) na Lei que para ele não existe. A redação inicial e suas intenções foram desfiguradas, mutiladas a pedido de dirigentes, conhecidos por suas falcatruas. Os senadores e deputados federais, pressionados como sempre acontece, atenderam aos

conchavos. Só que no Congresso Nacional não existe ninguém inocente.

Foram mesmo mal intencionados.

Para Edson Arantes do Nascimento, o jogador de futebol, que poderia ser livre com o passe na mão, foi omissão. Teria liberdade para ir e vir, trabalhar onde fosse melhor, exercer sua força de trabalho de acordo com suas conveniências e convicções.

Pelé sabe melhor que ninguém ser o jogador de futebol, no Brasil, um preguiçoso político, que não age e não pensa (com raríssimas exceções). Quem ganha bem, os milionários, pouco se importam com os colegas bóia-frias, que ignorantes de seus direitos, se acomodam. Desde a época em que Pelé jogava era assim. Ele mesmo, em declarada autocrítica, afirmou que também fazia o

mesmo. Agora, mais velho, sofrido, sabendo como é o circo político, muda de

opinião. Pelé afirmou que

Fernando Henrique

Cardoso não

entende

nada de

futebol, mudou

uma lei que dava

certo. Foi submisso

ao lobby

feito por

Eurico Miranda,

Havelange, Ricardo

Teixeira. Gente que dispensa

comentários. Ao contrário

de milhões de brasileiros,

nem de futebol Fernando

Henrique entende.

As declarações de Pelé

surtem no momento em que

o chamado "Clube dos

Treze", que reúne os maiores

clubes do Brasil, organiza a

Copa João Havelange, sinônimo de incompetência e desorganização.

Tentando voltar ao tempo da escravidão, os dirigentes dessa entidade querem proibir a contratação de jogadores

Juarez Soares é jornalista e filiado ao PT Zonal Lapa, em São Paulo

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não